



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2021 – MANDATO 2017-2021

--- Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Alpiarça, em Sessão Ordinária no Auditório da Biblioteca Municipal de Alpiarça, cuja Mesa é composta pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal Fernando Louro, que foi secretariado pela 1.ª Secretária, senhora Fernanda Fragoso Garnel e pelo senhor 2.º Secretário João Osório.-----

---Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

---1. Fernando Rodrigues Louro (CDU).-----

---2. João Pedro Antunes Osório (CDU).-----

---3. Anabela Feliciano da Costa (CDU).-----

---4. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (CDU).-----

---5. Fernanda Maria maia Nunes Fragoso Garnel (CDU).-----

---6. Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (CDU).-----

---7. Miguel Ângelo Félix Miranda (CDU).-----

---8. Júlio Manuel Fernandes Pratas (CDU).-----

---9. Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito (PS).-----

---10. Abel Ferreira Melro Pedro (PS).-----

---11. Joaquim Luís Rosa do Céu (PS).-----

---12. Carlos Alberto Dias Marques (PS).-----

---13. Ana Rita Monteiro Marques (PS).-----

---14. Ana Margarida V. Rosa do Céu (PS).-----

---15. Rodolfo Manuel Machacaz Colhe (PS).-----

---16. Armindo Pinto Batata (MUDA).-----

---**Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:**-----

---1.Vice-Presidente João Pedro Costa Arraiolos.-----

--- 2. Vereadora Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes.-----

---3. Vereadora Casimira Pereira Alves.-----

---4. Vereador António da Conceição Moreira.-----

--- **A ordem do Dia foi a seguinte:**-----

--- **Ponto 1: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua atividade financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**-----

**Para conhecimento.**-----

--- **Ponto 2: Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dos Municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca – 2020-2029.**-----

**Município de Alpiarça.**-----

**Para deliberação.**-----

--- **Ponto 3: Apreciação e votação da Proposta Rejeição das competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto.**-----

**Município de Alpiarça.**-----

**Para deliberação.**-----

--- **Ponto 4: Apreciação e votação da Proposta Revisão Orçamental n.º 1/2021.**-----

**Município de Alpiarça**-----

**Para deliberação.**-----

--- **Ponto 5: Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia Municipal realizada no dia 26 de Fevereiro 2021.**-----

**Para deliberação.**-----

--- **Ponto 6: Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento.**-----

**Para deliberação.**-----

--- A sessão foi aberta pelo senhor Presidente da mesa eram vinte horas e cinquenta e seis minutos. -----

--- O senhor Presidente da Mesa informou que não estava presente o senhor Presidente da Câmara Municipal, mas o órgão estava representado pelo senhor Vice-Presidente João Arraiolos. Disse, ainda, que da bancada da CDU estava ausente a Deputada Municipal Liliana Carapinha, que tinha sido substituída pelo Deputado Municipal Miguel Miranda, sendo que da bancada do Partido Socialista estava ausente a Deputada Municipal Maria Filomena Rúbio, que tinha sido substituída pelo Deputado Municipal Rodolfo Colhe. De seguida, o senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Deputado Municipal João Osório para que substituisse o elemento em falta na Mesa.-----

--- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

--- De seguida, questionou se da parte do público alguém se pretendia inscrever para intervir, não tendo havido inscrições no primeiro período de intervenção do público.-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu início ao período antes da ordem do dia, conferindo as respetivas ins-

crições para o mesmo e dando a palavra aos membros inscritos.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, que referiu que entre outros programas, o Estado Português se encontrava a desenvolver a bolsa nacional de alojamento urgente e temporário e o programa primeiro direito, que era um programa de apoio e acesso à habitação extremamente relevante, uma vez que, era um programa que dispunha de 1,2 mil milhões de euros para apoiar 26 mil famílias até 2026, sendo que os Municípios enquanto entidades beneficiárias, podiam receber apoio para arrendamento, reabilitação, construção e aquisição de imóveis, pelo que questionava se o Município de Alpiarça tinha interesse em participar nalgum daqueles programas. Em relação ao processo de limpeza de matas, perguntou qual era o ponto de situação do mesmo e se o Município de Alpiarça iria ter que se substituir aos proprietários em tal ação.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Fernanda Cardigo, que deu nota dos aspetos mais relevantes da atividade da Junta de Freguesia, referindo que continuava a ser desenvolvido o projeto “Mãos dadas”, continuavam a fazer recolhas de móveis e eletrodomésticos usados e a distribuí-los por famílias carenciadas e continuavam a realizar obras em imóveis destinados também a tais famílias, sendo que tinham aproveitado algumas janelas e portas da antiga pensão Renatão, bem como frentes de roupeiros, que estavam guardadas para posteriormente serem utilizadas nos imóveis a recuperar. Referiu que estava muito orgulhosa de todos os funcionários da Junta de Freguesia, incluindo os trabalhadores que estavam a trabalhar ao abrigo de contratos de inserção, porque sentia que estavam todos unidos por tal causa. Informou que, com o apoio da Câmara Municipal, já estava a ser desenvolvido o projeto de arquitetura para o parque de estacionamento do cemitério do Vale da Cigana, nomeadamente, a parte do lado esquerdo que não estava arranjada, pelo que assim que o projeto estivesse concluído, poderiam começar a obra. Disse, ainda, que a Junta de Freguesia tinha participado nas Comemorações do 25 de Abril, com uma atividade musical intitulada “Cantigas de Abril à sua janela”, que tinham ido à Fundação José Relvas e à ARPICA, e tinham andado praticamente por todas as ruas de Alpiarça, mas por causa da chuva não tinham conseguido ir aos lugares. Informou que tinham também sido distribuídos alimentos, assim como botijas de gás a famílias que tinham estado em isolamento por causa da COVID 19 e continuavam a ajudar no IRS, bem como nos CENSOS 2021 e no programa da Ecolezíria, relativo aos pedidos de compostores a quem não conseguia pedir pela Internet. Por fim, referiu que a Junta de Freguesia se tinha associado às Comemorações do dia 21 de Março (Dia Mundial da Poesia), em colaboração com a Biblioteca e com o Município e também às Comemorações do Dia Internacional da Mulher, a 8 de Março, também em colaboração com o Município.---

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Ana Rita Marques, que começou por reportar um comunicado feito por um munícipe, sobre a existência de uma colónia de gatos abandonados, na zona do Jardim Infantil, dos quais a senhora Veterinária já tinha conseguido esterilizar dois ou três, mas não tinha fundos para os esterilizar a todos, pelo que questionava se a Câmara Municipal iria to-

mar alguma diligência para resolver o problema. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Abel Pedro, que começou por questionar sobre o que efetivamente se passava com a obra da EB 2/3, ou seja, se existia ou não, uma reclamação por parte duma empresa que tinha concorrido ao concurso da empreitada, e qual era a posição da Câmara em relação a tal matéria. Terminou a intervenção, perguntando qual era o tempo útil de duração do novo relvado que estava a ser colocado no Estádio Municipal, pois era um tipo de equipamento diferente da relva natural e que tinha algumas especificidades na manutenção que deviam ser tidas em conta. -----

---O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que começou por questionar que condições tinham sido colocadas à empresa Crigado para se fixar em Alpiarça, bem como se as mesmas tinham sido cumpridas, e no caso de não terem sido cumpridas, o que é que tinha sido feito ou a Câmara Municipal estava a pensar fazer. Referiu, ainda, que havia uma suspeita de que tal empresa tinha outra atividade, noutra zona de Alpiarça e que estariam alegadamente a ser efetuadas descargas numa linha de água, que escoava para a Barragem dos Patudos, pelo que questionava se tal facto se confirmava ou não, e no caso de se confirmar, se tinha sido apresentada queixa, bem como se a mesma poderia ser facultada à bancada do Partido Socialista e à Assembleia Municipal. Salientou que na Assembleia Municipal, realizada em Setembro de 2020, tinham sido aprovados três empréstimos, destinados à realização de obras na Escola do Frade de Baixo, à aquisição de terrenos, à obra dos balneários do Estádio Municipal Dr.º Raul José das Neves e colocação do relvado, bem como para alcatroamento de um conjunto de arruamentos, pelo que questionava se já era possível dar informações sobre os arruamentos que tinham sido concretizados e o que é que faltava concretizar, para se perceber se o empréstimo seria suficiente para o mapa de trabalhos que tinha sido apresentado. -----

---- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Anabela Costa, que manifestou o seu agrado pelo que tinha visto no Concelho, pois enquanto munícipe tinha verificado que tinha havido uma melhoria substancial, tanto na recolha do lixo como na limpeza urbana, que era agora mais assídua.-

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro que, em nome da bancada da CDU, se congratulou com as obras que tinham sido realizadas nos últimos meses, nomeadamente, a requalificação da Escola do Frade de Baixo, o início da requalificação da Escola EB1/JI de Alpiarça, com a retirada do fibrocimento e a substituição das coberturas, e também as obras da segunda fase de reabilitação do Mercado Municipal. -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Ana Margarida do Céu, que salientou que no seu entender, na Sessão da Assembleia Comemorativa do 25 de Abril, as regras da DGS não tinham sido cumpridas, nomeadamente, na zona do púlpito onde os senhores Deputados Municipais tinham feito as suas intervenções, porque não tinha havido o cuidado de desinfetar o espaço entre as diferentes intervenções, sendo que também tinha verificado que apesar haver distanciamento entre as cadei-

ras, na parte de trás da sala tinha-se verificado alguma concentração de público, pelo que era necessário garantir que tais situações não aconteciam.-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, lembrando que na Assembleia de vinte e seis de Fevereiro, tinha sido mencionado o arranjo realizado nos passeios da Rua António Silva Patrício, mas depois tinha verificado que os mesmos não tinham sido arrançados, pelo que tinha enviado uma comunicação ao senhor Presidente da Câmara, a referir que certamente por lapso, tinha sido indicado o arranjo dos passeios de tal rua, mas não tinha havido a mínima reação da parte do Executivo à sua comunicação. Continuou a intervenção, referindo que na anterior avaliação aos números da COVID 19, Alpiarça tinha ficado em alerta, o que podia levar a um retrocesso no desconfinamento, mas não tinha conseguido encontrar na página eletrónica do Município informação sobre a situação de novos casos, pelo que questionava se era intenção da Câmara Municipal manter a população diariamente informada sobre a evolução do somatório de novos casos, pelo período de sete dias, na página eletrónica oficial da Autarquia.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que começou por explicar que a estratégia local de habitação, estava em fase de elaboração e ia incluir também a candidatura ao programa mencionado, estando igualmente a ser analisada a possibilidade de eventual candidatura à bolsa nacional do alojamento temporário. Quanto a questão da limpeza das matas, informou que já tinha sido feito um levantamento, por parte do Serviço de Fiscalização e do Serviço Municipal de Proteção Civil, para que depois fossem notificados os proprietários dos terrenos que necessitavam de limpeza, sendo que em relação aos proprietários que não cumprissem com o que estava estipulado, iriam agir em conformidade e tendo em conta as possibilidades do Município. Quanto à mencionada colónia de gatos abandonados, referiu que iria falar com a senhora Veterinária que estava a colaborar com o Município, em prestação de serviços, no sentido de tentar ultrapassar a situação da melhor forma possível. Em relação à empreitada das obras da Escola Sede do Agrupamento, explicou que todas as reclamações e impugnações já tinham passado pela Câmara Municipal, e entretanto o processo iria ser submetido ao Tribunal de Contas, mas isso não invalidava que qualquer concorrente vencida não pudesse vir a agir judicialmente, sendo que caso isso sucedesse, a situação seria resolvida dentro do legalmente previsto. Em relação ao relvado sintético, referiu que o Executivo tinha toda a preocupação que o mesmo durasse o maior tempo possível, e já tinha várias propostas de solução para a sua manutenção e no que respeitava às questões colocadas sobre a empresa Crigado, frisou que se tratava de um processo que tinha sido remetido à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, em dois mil e quinze, e que tinha sido decidido que a empresa teria que mudar a sua sede social para Alpiarça, o que não tinha sido cumprido, embora o licenciamento de tal atividade não dependesse da declaração de interesse concelhio, pois apesar de poder contribuir para o mesmo, a competência para o licenciamento da atividade era das entidades da Administração Central. Em relação às descargas, disse que julgava que tinham havido contactos com o SEPNA, mas não sabia se tinha sido apresentada queixa, até porque a situa-

ção em causa já não se verificava. Continuou a intervenção, referindo-se aos empréstimos e informando que o terreno já tinha sido adquirido, a substituição do relvado estava praticamente concluída, a obra dos balneários iria iniciar-se na semana seguinte e as pavimentações tinham sido divididas em três fases, sendo que dentro de duas a três semanas teriam condições de iniciar as pavimentações da primeira fase, sendo que até ao final do mês de Maio todos os procedimentos estariam iniciados. Quanto à questão das melhorias da limpeza urbana e recolha do lixo, explicou que a mesma tinha essencialmente a ver com a necessidade que tinha sido sentida de reorganizar os serviços, tendo sido implementada a prática da realização de reuniões semanais com os encarregados, no sentido de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, sendo que como responsável pelas áreas em causa, estava orgulhoso do empenho demonstrado pelos funcionários do Município e pelos próprios encarregados, para que se concretizasse aquilo que era definido semanalmente. Referiu-se às obras mencionadas, dizendo que algumas já estavam praticamente concluídas e algumas tinham dado ou iriam dar uma nova centralidade à Vila, potenciando de certa forma a captação de interesse, quer em termos de alojamento, quer também em termos de outras atividades. Registou o reparo feito pela senhora Deputada Municipal Ana Margarida Céu, relativo à organização da Sessão Comemorativa do 25 de Abril, no sentido de ser corrigido o que tinha estado menos bem e em relação à comunicação dirigida ao senhor Presidente da Câmara Municipal, mencionada pelo senhor Deputado Municipal Armindo Batata, explicou que não gostava de responder por não saber o que se tinha passado, mas julgava que teria havido um lapso no nome da rua, porque a rua que tinha sido arranjada era a Rua do Patrício, em frente ao Dom Dion. Quanto à questão aos casos COVID e a forma como era apresentada a informação, referiu que em todo o país e nos diversos concelhos, tal informação era apresentada das mais diversas formas, ou seja, quer pelas Câmaras Municipais, quer pelos Presidentes de Câmara e essa não lhe parecia ser a questão primordial, até porque a informação era transmitida aos Presidentes de Câmara, enquanto responsáveis pela Proteção Civil Municipal de cada concelho e naturalmente, para os Presidentes de Câmara se calhar também se tornava mais fácil divulgar essa informação pelas suas redes sociais. -----

--- O senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém se queria inscrever para uma pergunta sintética e a senhora Deputada Municipal Graciete Brito pediu a palavra, frisando em relação à COVID 19 que o mais importante era vacinar, testar e isolar potenciais focos de contaminação, pelo que questionava o Executivo se existia algum apoio logístico, para que a população voluntariamente fizesse testes, ou se havia alguma intenção de criar um centro para realização de testes, em caso de suspeita da doença, pois isso era fundamental para evitar que o vírus continuasse a circular. Referiu, ainda, que quando chovia um pouco mais em Alpiarça, as estradas ficavam completamente inundadas, pelo que questionou o que se passava ao nível das drenagens pluviais. -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu novamente a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que relativamente à situação da instalação pecuária no Cabeço da Moeda, disse que deduzia das pala-

bras do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que tinha havido uma conversa com o SEPNA relativamente à situação, mas não tinha a certeza se a queixa tinha sido devidamente formalizada ou não, mas nesse caso era possível deduzir que efetivamente haveria uma canalização ilegal para a linha de água e dessa linha de água para a barragem, e como tal, deixava a sugestão que se confirmasse se tinha ou não sido apresentada queixa, e que fossem explicados os motivos da eventual não apresentação ou facultada cópia da queixa apresentada, em caso afirmativo. -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, que disse que não sabia se tinham havido ou não descargas ilegais, mas o que podia ter acontecido era que provavelmente o sistema da empresa funcionava por lagunagem e em dias de muita chuva, podia haver arrastamento para as linhas de água. Esclareceu que no dia em causa tinha tido o cuidado de verificar a linha de água, precisamente onde ela entrava na valinha, que ia depois passar ao lado do cemitério e atravessar a Rua Ricardo Durão, para chegar à Barragem e efetivamente a água estava com uma coloração escura, mas do outro lado onde não havia qualquer pecuária, a água aparecia praticamente com a mesma cor, sendo que a situação podia ser complexa, pois a valinha atravessava largas dezenas de hectares de terras agrícolas, nas quais existiam adubos, estrumes, tratamentos fitossanitários e quando chovia mais todo era arrastado para aquela valinha, pelo que em sua opinião o problema não era só aquela pecuária, mas toda a zona que a valinha atravessava e daí a dificuldade em resolver a questão. Quanto à questão da pluviosidade e da existência de excesso de água na ruas, referiu que perante aquilo que tinha chovido, achava que apesar de tudo as ruas do Concelho até se tinham comportado bastante bem, pois passado pouco tempo na Nacional 118 já não havia água. -----

--- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, em relação à questão da testagem, explicou que o que estava a ser feito, em articulação com todos os intervenientes naquelas áreas, era o acompanhamento de determinadas situações, sendo certo que qualquer surto que existisse fazia o Município disparar no cálculo dos números por cem mil habitantes, embora Alpiarça fosse dos Municípios do país que tinha estado menos dias acima dos números de alerta, sendo certo que o Município de Alpiarça estaria sempre pronto para desenvolver as iniciativas que fossem necessárias, em articulação com as entidades de saúde e quem coordenasse as diversas intervenções. Quanto à questão dos esgotos pluviais, explicou que no dia dez de Abril se tinha verificado uma situação extremamente excepcional nalgumas zonas da Vila, com condições de pluviosidade muito acima do que era normal, mas rapidamente a água também tinha desaparecido, o que significava que os sumidores e as sarjetas estavam limpas, tendo permitido o escoamento de águas. Referiu, também, que a pecuária existia no local havia muitos anos e que, naturalmente, como todas as atividades daquele género tinha problemas, sendo certo que existiam entidades próprias para fiscalizar, para controlar, sendo a Câmara Municipal uma delas, desempenhando o seu papel com as ações que se julgassem adequadas. Frisou que não tinha referido que existia uma ligação ilegal, pelo que se pretendia deduzir isso, não era

isso que tinha sido dito, pois apenas se tinha referido que a situação tinha sido verificada em conjunto com as autoridades e não se tinham detetado irregularidades. -----

--- Finalizadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalho da reunião.-----

--- **ORDEM DO DIA** -----

--- **Ponto 1: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua atividade financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Para Conhecimento.**-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal João Arraiolos, que destacou a realização de reuniões de preparação para a definição das estratégias local de habitação, a entrega de equipamento de proteção individual à Fundação José Relvas e à ARPICA (num total de vinte e cinco mil máscaras, cerca de nove mil luvas e viseiras na ordem das sete centenas), as cerimónias do dia do Concelho, com a entrega das placas de antiguidade aos funcionários da Câmara Municipal com dez, vinte e trinta anos de serviço, na qual também foi prestada homenagem ao Visconde Barroso, com uma placa comemorativa integrada no Projeto Ruas e Casas Com História, a homenagem à Câmara Municipal e ao Presidente da Câmara da Federação Portuguesa dos Dadores de Sangue, o reinício da atividade escolar, a abertura da atividade da restauração em termos de esplanadas, a requalificação e a reabertura da Escola do Frade de Baixo, o trigésimo segundo aniversário da Biblioteca Municipal de Alpiarça, a própria Assembleia Comemorativa do vinte e cinco de abril, e também a questão da situação financeira, que regista à data vinte sete de abril uma dívida total de quatro milhões setecentos e noventa mil euros.-----

--- **Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

--- **Ponto 2: Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dos Municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca – 2020-2029. Município de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, explicou que todo o Plano tinha origem num conjunto de processos, que tinham sido desenvolvidos na Comissão Intermunicipal da Defesa da Floresta, sendo que o mesmo tinha sido depois remetido ao ICNF, para efeitos de parecer vinculativo e após esse período, tinha sido colocado em consulta pública nos três Municípios, pelo que após consolidado estava ali para ser remetido para aprovação da Assembleia Municipal. -----

--- **Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, o Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dos Municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca – 2020-2029** .-----

--- **Ponto 3: Apreciação e votação da Proposta Rejeição das competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto. Município de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal explicou que os Municípios e Entidades Intermunicipais, que não pretendessem assumir as competências previstas no diploma em dois mil e vinte e um, podiam re-



cusar mediante comunicação do facto à DGAL, após prévia deliberação dos órgãos deliberativos, pelo que se apresentava proposta no sentido de que o órgão deliberativo decidisse rejeitar, para o ano dois mil e vinte e um, as competências constantes do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, reafirmando as deliberações legalmente tomadas em dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e também em dois mil e vinte. -----

---O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que referiu que ao ler a proposta, tinha verificado que a mesma continha argumentos já deduzidos anteriormente, firmando-se numa posição de princípio contra a aceitação da transferência de competências, sendo que tal como já havia anteriormente referido, a ação social era uma das vertentes em que se podia efetivamente fazer a diferença, e que atualmente era uma área maioritariamente administrada a nível central, em sua opinião mal, pois era possível fazer discriminação positiva se a competência fosse local, ou seja, se o poder estivesse mais próximo e com maior conhecimento efetivo do terreno. Referiu que era importante valorizar o essencial, valorizar o interesse municipal em detrimento de interesses partidários, e por isso, pela lógica deveriam votar contra a proposta do Município, pois considerava que era uma matéria sensível e na qual era possível fazer a diferença, e marcar uma posição para o Município de Alpiarça em termos dos Municípios da Lezíria, criando valências que seriam muito enriquecedoras, como o projeto da criação de uma Unidade de Cuidados Continuados, que chegou a ser discutido e que acabou por ser abandonado, apesar de Alpiarça contar com uma vasta experiência e um vasto antecedente histórico naquelas áreas. -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal João Arraiolos, que explicou que o que estava ali proposto, essencialmente, era a aceitação ou não da transferência de competências no domínio da ação social, e como tinha sido dito, e bem, existiam municípios que tinham muito maior capacidade para ser diferenciador em relação a outros, que tinham uma reduzida capacidade de angariação de receitas e um orçamento menor, pelo que entendia que em áreas que deveriam ser iguais para todos os cidadãos, como eram a ação social, a saúde ou a educação, os Municípios tendo uma capacidade diferente no seu orçamento, para aumentar os apoios sociais, aumentariam ainda mais as assimetrias e a desigualdade de direitos para todos os cidadãos portugueses. Em relação à questão da Unidade de Cuidados Continuados, referiu que a mesma não era só de âmbito social, mas também do âmbito do Ministério da Saúde, e não tinha tido continuidade, em grande parte porque a verba que estava prevista era diminuta em relação ao investimento que seria necessário. -----

--- **Deliberação: A Assembleia aprovou por maioria, com 9 votos a favor (8 CDU e 1 MUDA ) e 7 votos contra (PS), a proposta de rejeição das competências transferidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto .-----**

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata apresentou a seguinte declaração de voto: “Voto a favor da proposta do Município, não porque esteja contra a transferência de competências na sua generalidade, mas estou contra sim a metodologia algo atabalhoada com que a mesma vem sendo feita, desde o princí-

pio, sem respeitar as especificidades de cada Concelho”.

**--- Ponto 4: Apreciação e votação da Proposta Revisão Orçamental n.º 1/2021. Município de Alpiarça. Para deliberação.**

--- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal frisou que aquela era a primeira revisão orçamental do ano, e que tinha essencialmente a ver com o Suplemento de Penosidade e Insalubridade, cujas rubricas não existiam em orçamento e havia a necessidade de proceder à sua criação.

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que frisou que a revisão orçamental era um combinar de opções assumidas anteriormente, que conduziam à necessidade de aproveitamento do dinheiro disponível para dotar rubricas onde se manifestava essa falta, e por isso era uma tarefa eminentemente administrativa, que não questionava opções políticas, pelo que iam votar a favor.

**--- Deliberação: A Assembleia aprovou por maioria, com 15 votos a favor (8 CDU e 7 PS) e 1 abstenção (MUDA), a proposta de Revisão Orçamental n.º 1/2021.**

**--- Ponto 5: Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia Municipal realizada no dia 26 de fevereiro de 2021. Para deliberação.**

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que disse que queria congratular-se pela redação da ata, lamentando que aquele voto de congratulação fosse feito já em final de ciclo, pois poderiam ter apresentado as atas daquele modo e isso teria evitado uma série de questões ligadas à redação das mesmas, que tinham sido manifestamente infelizes. Referiu que aquela ata cumpria o que devia ser uma ata, traduzia a reunião com fiabilidade e de forma perfeitamente compreensível e respeitava todas as regras que se colocavam ao desafio da língua portuguesa.

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Graciete Brito, que referiu que as páginas não estavam numeradas, e que havia deliberações onde apenas constava que era aprovado por maioria, mas em sua opinião deveria constar cada voto.

--- O senhor Presidente da Mesa referiu que se tratava de um lapso que seria corrigido.

**--- Deliberação: A Assembleia aprovou, por unanimidade, a ata da Assembleia Municipal realizada no dia 26 de fevereiro de 2021.**

**--- Ponto 6: Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento; Para deliberação.**

---O Senhor Presidente da Mesa informou que existiam duas moções da CDU, uma delas dedicada ao 25 de abril e a outra dedicada ao 1 de maio.

**--- Moção dedicada ao 25 de abril, apresentada pela senhora Deputada Municipal Anabela Costa da bancada da CDU:** “A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um empolgante levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.-----

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.-----

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas, logo após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976. O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais e com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, nalguns casos até, excedendo em larga medida as suas competências.-----

Comemorar Abril, relevando o que o poder local representa enquanto conquista desse momento ímpar da nossa história colectiva, exige que se lhe reconheça as condições para o exercício das suas atribuições e competências.-----

Não basta tecer elogios ao poder local sem que se lhe atribuam os meios indispensáveis à sua autonomia e os recursos para o pleno exercício das suas responsabilidades.-----

Não basta valorizar a descentralização e, ao mesmo tempo, manter bloqueada a criação das regiões administrativas que, 45 anos depois de estar consagrada constitucionalmente, está por cumprir. -----

Não basta enaltecer a capacidade de realização das autarquias quando se tem em vista transferir competências sem meios financeiros correspondentes num processo que é, sobretudo, de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem e de transferência de encargos para as autarquias. Não basta falar das vantagens de proximidade quando se quer livrar responsabilidades centrais.-----

As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinalam os 45 anos da Constituição da República, devem ser um momento para afirmar o Poder Local e o que ele representa de espaço de realização de direitos e aspirações populares. Um momento de afirmação da democracia, tanto mais actual quanto se desenham e se assumem abertamente projectos reaccionários e antidemocráticos.-----

Comemorar Abril é também, nas actuais circunstâncias, fazer uma afirmação de confiança no futuro,

mostrar que a vida pode e deve prosseguir criando todas as condições de prevenção e protecção, apontar o sentido de vivência colectiva, de partilha e de participação como indispensáveis à realização humana e à felicidade.-----

Alpiarça, 30 de Abril 2021-----

A Bancada da CDU”.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que disse que quando analisava as moções da CDU, normalmente se deparavam com terminologias e com conceitos com os quais não concordava, mas naquele caso saudava aquela moção pela ausência de tais conceitos estremados e como tal iria votar a favor.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que frisou que entendia que tudo o que dissesse respeito à evocação de abril, representava o máximo denominador comum das forças democráticas, e quando na penúltima linha se falava no momento de afirmação da democracia, devia entender-se em tais palavras que os autores da moção tinham pretendido significar um tempo de afirmação do respeito pelo sufrágio universal, o que fracamente lhe agradava. -----

--- **Deliberação: A Assembleia aprovou a moção por unanimidade.** -----

--- **Moção dedicada ao 1 de maio, apresentada pelo senhor Deputad Municipal Júlio Pratas da bancada da CDU:** “No dia 1 de Maio de 1886, em Chicago, duas centenas de milhares de operários recusaram-se a trabalhar e exigiram o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, sendo impiedosamente reprimidos pelas entidades policiais e patronais. -----

No próximo dia 1 de Maio decorrem 135 anos que, na sequência da luta dos trabalhadores de Chicago, se determinou que o 1º de Maio passaria a ser considerado o Dia Internacional do Trabalhador.-----

Comemorar o 1º de de Maio hoje, 135 anos depois, é não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas também da luta de todos os operários e trabalhadores em geral e das suas organizações sindicais, por trabalho com dignidade e salários justos.-----

Comemorar o 1º de Maio no nosso país é reafirmar Abril e as conquistas conseguidas pelos trabalhadores portugueses, é lutar por salários justos e pensões dignas, pelo emprego com qualidade, pela valorização do trabalho, pela qualificação dos trabalhadores, pela justiça social, pela paz e solidariedade internacional.-----

Comemorar o 1º de Maio em Alpiarça foi e é um marco importante na luta por melhores condições de vida para todos os trabalhadores, em particular para os trabalhadores Alpiarcenses. Mesmo nas mais duras condições de luta, impostas pelo regime fascista, Alpiarça e os seus operários sempre comemoraram o 1º de Maio, manifestando uma vontade inequívoca de conseguir uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.---

Assim, a Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida a 30 de Abril de 2021 delibera:-----

- Reafirmar o seu empenho na defesa dos valores e conquistas de Abril, por um Portugal mais justo, demo-

crático, livre e soberano;-----

- Enviar uma saudação a todos os trabalhadores portugueses, em particular aos trabalhadores Alpiarçenses e às suas Organizações Sindicais na passagem de mais um 1º de Maio, manifestando a sua solidariedade na luta por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária;-----

A bancada da CDU”.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que referiu que tudo o que tinha dito em relação à moção do 25 de Abril, transferia também para aquela moção, e como tal iria votar a favor.-----

--- **Deliberação: A Assembleia aprovou a moção por unanimidade.** -----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

---Foi dada a palavra ao público, mas não houve pedidos de intervenção. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Deputado Municipal João Osório, para ler a minuta da ata, que foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

---Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram 22h53m. -----

---Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Mesa Fernando Louro \_\_\_\_\_

1.ª Secretária Fernanda Garnel \_\_\_\_\_

2.º Secretário João Osório \_\_\_\_\_

Alpiarça, aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um. -----